

LULA E GOVERNABILIDADE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 13/12/89

A grande dúvida sobre as duas candidaturas presidenciais está no problema da governabilidade. O novo presidente assumirá o governo no meio de uma crise econômica sem precedente na história deste país. Os obstáculos objetivos ao sucesso de qualquer governo nessas circunstâncias são portanto enormes. Se somarmos a isto as deficiências dos candidatos e o caráter minoritário dos seus partidos em relação à sociedade civil brasileira, verificaremos que o risco de permanecermos - porque há tempo já estamos - sem governo é enorme.

Votarei em Lula não apenas porque sua candidatura representa a opção progressista, mas também porque as perspectivas de governabilidade com ele, ainda que incertas, são maiores do que com Collor. Nenhum dos dois tem o apoio da sociedade civil, mas está claro que Lula no governo não terá muita dificuldade em obter o apoio dos setores empresariais conservadores que no momento se opõem a ele, caso faça as mudanças de rota para poder governar. Já para Collor a possibilidade de obter o apoio dos trabalhadores e das classes médias progressistas é muito menor. Sua personalidade é imprevisível. Collor é o candidato do lupem, dos marginais, dos oportunistas, do fisiologismo, do "centrão". É também o candidato da grande burguesia, e de uma parte da classe média tradicional que teme o radicalismo do PT. Em contrapartida, Lula é o candidato dos trabalhadores sindicalizados, das classes médias modernas, dos portadores de diploma superior, e mesmo de setores da burguesia progressista. Entre os eleitores com escolaridade superior Lula tem uma enorme vantagem sobre Collor.

Entretanto, o apoio que Lula está recebendo da classe média progressista, que é melhor representada no Brasil pelo PSDB, é um apoio crítico. Exatamente como o apoio que o PSDB está lhe oferecendo. O PSDB não quer ficar omissos, por isso opta por Lula. Mas só apoiará fortemente Lula se for possível chegar a um programa comum, se o PT concordar em reduzir o radicalismo de alguns pontos do seu programa e principalmente de sua retórica.

A mudança na retórica é mais importante do que mudança de conteúdo pela simples razão que, em termos de conteúdo, as diferenças não são tão grandes. Tomemos, por exemplo, o documento "Os 13 Pontos da Frente Brasil Popular". O ponto 1, que fala em um governo "apoiado no movimento popular" tem sido dado como indicação de que se quer implantar "a república sindicalista" no Brasil. Não há nada disto no documento, a não ser a proposta de um Conselho de Comunicação Social que deveria ser eliminado do documento. O ponto 3, que sumariza a proposta econômica, não faz qualquer referência a um aumento populista de salários. Peca antes pela omissão ao não garantir com mais clareza a atuação das empresas multinacionais e ao não falar em privatização e desregulação como estratégias para vencer a crise fiscal. No ponto 4 a questão da dívida externa é tratada de maneira irrealista. Sem dúvida é preciso manter a suspensão do pagamento dos juros, mas esta suspensão deve ser a base para a negociação de um acordo com os credores. O rompimento com o FMI faz parte de uma velha retórica sem sentido. Ao invés de romper com o FMI devemos usar esta instituição para defender o interesse nacional do Brasil, que é contrário ao da maioria dos bancos credores. Não importa que o FMI seja controlado pelos credores. Ainda assim ele e o Banco Mundial podem ser instrumentais para uma negociação soberana do Brasil. O item 6 precisa de mudanças. Manter integralmente o setor produtivo estatal em poder do Estado, quando é o peso desse setor sobre as finanças públicas que o impede de realizar suas funções sociais e de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, é um contra-senso; ameaçar os bancos privados de estatização, um despropósito. O próprio PT tirou do seu programa, há algum tempo, a idéia de estatizar os bancos. Por que voltar ao assunto? Na área da educação, por que dizer que os recursos públicos serão aplicados exclusivamente na rede pública de ensino? Por que não incluir também as entidades públicas (verdadeiramente públicas) não estatais, como fazem tantos países democráticos? Finalmente, para que a retórica "anti-imperialista" do último ponto? Por que, ao invés, não afirmar simplesmente que o interesse nacional do Brasil conflita freqüentemente, mas não necessariamente nem em todos os casos, com os interesses dos outros países, e que, portanto, esse interesse nacional será sempre defendido? Por que não dizer um "não" ao velho nacionalismo, que vê o imperialismo em toda parte e quer se proteger, se fechar, e outro "não" ao mais velho ainda cosmopolitismo de nossas elites, sempre prontas dependerem da "boa vontade" dos países ricos?

Caso Lula e seus companheiros compreendam a necessidade dessas mudanças, suas chances de vencer as eleições e de governar com êxito o Brasil aumentarão muito. Para isto será necessário ter a coragem de mudar. De romper com os setores mais radicais do seu próprio partido. Será necessário fazer o que Felipe Gonzales fez na Espanha, há mais de dez anos, quando se dispôs a romper com o seu próprio partido caso este insistisse em uma proposta radical para a Espanha.

Afastando o radicalismo do programa e principalmente da retórica, Lula terá condições de fazer o grande acordo nacional que o Brasil necessita para estabilizar sua

economia. Terá ainda imensas dificuldades pela frente. Mas dificuldades que poderão ser vencidas em um governo que, ao invés de ser classista, será pluriclassista, ao invés de ser sectário, tenderá para a união nacional.

(publicado em *Isto É*, com o título “Os 13 pontos do PT”, em 2.12.1989)